

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15226 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 01-Educação Intercultural, Educação Ambiental e Decolonialidade na Amazônia

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA EM TERRITÓRIOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA AMAZÔNIA E A PRESENÇA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NOS CURRÍCULOS

Leila Maria Camargo - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Arthane Menezes Figueirêdo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Sergio Luiz Lopes - ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA EM TERRITÓRIOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA AMAZÔNIA E A PRESENÇA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NOS CURRÍCULOS

RESUMO

O estudo busca trazer contribuições ao debate sobre o educar em territórios transfronteiriços da Amazônia, atravessada não apenas pelos limites físicos e geográficos, mas também por fronteiras culturais, identitárias, étnicas, simbólicas, linguísticas, políticas, éticas e ideológicas em torno do conhecimento. Nosso objetivo é apontar alguns desafios educacionais, nesta região, marcada por contradições, que se constituem ao mesmo tempo em obstáculos e/ou potência, com destaque para a sociobiodiversidade, que se oferece ao diálogo curricular e as lutas implicadas que envolvem as questões culturais, de pertencimento e relações de poder. O trabalho está vinculado PROCAD-Amazônia e ao Núcleo de estudos em currículos e Formação de Professores e Professoras nas Amazônias (NUCFOR) e ao Grupo de Estudos em Educação, Interculturalidade e Emancipação Humana. Procuramos dialogar sobre as questões curriculares com Apple e Arroyo e pesquisadores de fronteiras e diversidade amazônica, a partir de Martins e Bensusan, entre outros. É uma pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfica, exploratória, com análise na perspectiva relacional (Apple, 1995), que busca um olhar mais amplo dessa realidade. Como resultados, indicamos que a sociobiodiversidade precisa ser incorporada aos currículos escolares, corroborando para que a educação potencialize os saberes fundamentais nos territórios da Amazônia.

Palavras-chave: Educação. Currículo. Sociobiodiversidade. Territórios transfronteiriços. Amazônia.

INTRODUÇÃO

A palavra fronteira vem do termo francês *front*, expressão militar usada para designar aqueles territórios onde guerras estavam sendo travadas (Gonçalves, 2004). De forma análoga, as fronteiras das Amazônicas brasileiras são espaços onde ocorrem lutas e guerras, tanto pelo

controle dos territórios quanto pela posse dos recursos naturais escassos, raros e estratégicos neles existentes (Benchimol, 1992). Por consequência, esses embates envolvem também disputas em torno do conhecimento, das culturas, das formas de pensar e estar no mundo.

O termo fronteira pode ser aplicado também, não apenas como a linha separadora dos limites físicos, geográficos, mas ainda para os limiares políticos, identitários, culturais, simbólicos, do conhecimento humano e, dos frágeis fios que nos separam, a civilização da barbárie, sendo lugares altamente conflituos de humanidades (Martins, 1997). Nesses contextos plurais e diversos, a cultura, é, por excelência, um campo em disputa e um terreno de lutas onde historicamente ocorrem os embates entre diferentes e conflitantes concepções de vida social e de sociedade.

Tratar da educação em territórios transfronteiriços implica discutir as ideologias de fronteiras, as relações de poder, as disputas em torno dos territórios, dos saberes da sociobiodiversidade, da soberania do conhecimento, e dos mitos subjulgadores produzidos sobre a região e seus habitantes. Estes mitos, de terras de “ninguém” e “espaços vazios” estão cristalizados no imaginário social e coletivo, com implicações no campo educacional, nas identidades, culturas, conhecimento e produções dos currículos, que também são territórios em disputa (Arroyo, 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória que se realizou a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde “a principal ferramenta é o levantamento de fontes confiáveis. O autor precisa se dedicar à leitura das obras consultadas, realizando uma leitura exploratória, seletiva e crítica” (Guerra, 2023, p. 152). A perspectiva adotada para o estudo compreende a escola e os currículos no contexto capitalista mais amplo, conectados relacionalmente e que recebe influências das relações de dominação e exploração existentes na sociedade mais ampla, nas suas interrelações com as questões econômicas, geopolíticas, sociais, culturais e éticas.

O estudo se desenvolveu a partir da análise de estudos publicados em artigos, livros e capítulos de livros pertinentes aos temas: territórios transfronteiriços, currículo, educação humanizada e sociobiodiversidade. Os conceitos e reflexões em torno dos temas destacados foram discutidos com base na análise relacional (Apple, 1995) por meio da qual buscamos relacionar as questões problematizadas frente aos desafios postos à educação no contexto transfronteiriço, na atualidade, revelando desafios para uma educação crítica e humanizada em face de uma política curricular homogeneizadora e excludente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil é possuidor da terceira maior fronteira terrestre do mundo. Na Amazônia brasileira, muitos estados podem ser considerados áreas de fronteiras nacionais como o Acre: que faz divisa com a Bolívia e o Peru; Roraima: com a Venezuela e a Guiana Inglesa; do Amapá: com a Guiana Francesa e parte do Suriname.

A alteridade é a marca constituinte desses espaços transfronteiriços e a diversidade, a principal característica, impondo vários desafios educacionais. São regiões duramente afetadas pelas consequências de políticas excludentes, que desconsideram o contexto geral e as características das comunidades e municípios menores existentes nessas áreas, onde muitos territórios são de difícil acesso e contam com poucos investimentos que possibilitem maior desenvolvimento e, também as riquezas e potencialidades da sociobiodiversidade existente.

As marcas dessas desigualdades e assimetrias podem ser vistas na estrutura escolar, onde parte das escolas ainda são multisseriadas ou nucleadas, com estruturas precárias, carência de materiais didáticos, professores sem acesso a formação continuada, que somados à ausência de representatividade sociocultural nos currículos, contribuem para que os estudantes não recebam uma educação de qualidade e apresentem baixos índices nas avaliações nacionais padronizadas. Não obstante, sem que tais problemas sejam levados em consideração.

Todavia, esses desafios que se apresentam, como questões cerceadoras a educação, são também potências, a citar: a educação humanizadora; o cumprimento dos direitos constitucionais dos povos amazônicos a sua cultura, diversidade e saberes na educação, e; ao diálogo com saberes sobre a sociobiodiversidade. São saberes com capacidade potencializadora de desenvolvimento transformador com respeito à diversidade de saberes e de sustentabilidade.

O primeiro desafio trata da função humanizadora da educação (Freire, 1987), que tanto carecem hoje as escolas e os currículos amazônicos, frente ao avanço de projetos de modernização autoritária (Apple, 2001). Esses projetos, historicamente, procuraram ocultar a existência de civilização nos territórios do chamado “Novo Mundo. A ocultação significou a desumanização dos povos amazônicos originários; o desprezo, subjugação e desqualificação de suas ideias, saberes, valores e visões de mundo em detrimento do projeto europeu e da disseminação da monocultura das mentes que viu na diversidade uma ameaça a sua existência (Shiva, 2003), limitando a potência transformadora da escola.

Este primeiro desafio, a nosso ver, está relacionado ao segundo, onde enquanto profissionais que deveríamos ser “da garantia ao direito ao conhecimento, à pluralidade do conhecimento” temos dificuldade em cumprir. Arroyo (2014, p. 161), tem posto que:

o primeiro direito ao conhecimento de todo o ser humano é a se conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações sociais e econômicas, políticas e culturais. O direito a se estender nas relações de classe, nos padrões de

poder, de trabalho, de apropriação, expropriação da terra, do solo, da renda pública.

Historicamente, muitos povos amazônicos, tiveram que abrir mão de seus pertencimentos, identidades e culturas para serem escolarizados. Este direito está relacionado à justiça curricular e questões de equidade, mas segue sendo negado à medida em que tem sido instituída uma política de currículo e avaliação nacional, fortalecendo a ideia de monocultura das mentes, cujos conhecimentos não se relacionam com as diversas culturas existentes no país, nem com os modos de ser e viver das populações amazônicas ou dos grupos sociais que residem em territórios de fronteiras.

O terceiro desafio refere-se aos conhecimentos da sociobiodiversidade e possui relação com o primeiro e o segundo, tendo em vista que os saberes produzidos historicamente pelos sujeitos na sua relação com os territórios e nichos ecológicos, tem se mostrado de grande valor para as bioindústrias e indústrias farmacêuticas. (Rifkin,1999). São exemplos de conhecimentos da sociobiodiversidade, segundo Albagli (2005, p. 17-18) “a diversidade de línguas, crenças, religiões, práticas de manejo dos solos, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos”, sendo de vital importância para a humanidade.

Foi que foi graças à sociobiodiversidade que as civilizações humanas deram saltos evolutivos. A Revolução agrícola ocorrida há 12 mil anos atrás, permitiu avanços tecnológicos e civilizatórios. Segundo Mathias (2006, p.13):

Para a sociedade ocidental, a sociobiodiversidade tornou-se valiosa enquanto objeto de pesquisa, fonte de impulsos tecnológicos nas biociências e nas bioindústrias, transformados em vetores de concentração econômica através de patentes. Para outras sociedades culturalmente distintas, essa mesma sociobiodiversidade é valiosa por seus atributos sagrados, por fazer parte de uma cosmologia de pertencimento, que enxerga homem e natureza como entidade única.

Esses saberes estão relacionados à própria capacidade de sustentação da vida nos territórios como um todo e, em especial, nos amazônicos, visto a excepcionalidade que é a região e sua sociobiodiversidade (Bensusan 2023). Na relação custo benefício da monocultura comparado a diversidade, no que trata a produção agrícola de 2017, dos 22,6 bilhões de reais registrados, a soja foi responsável por 21,7%, enquanto que a produção de açaí, representou 24,5%. A soja exportada para alimentar o gado em outros países é produzida ao custo do desmatamento, da monocultura, da degradação dos solos e gasto excessivo de água. Enquanto a cultura do açaí e outros produtos das florestas, como a castanha do Pará, o babaçu, preservam a sustentabilidade, geram milhares de empregos e contribuem para a manutenção

da floresta em pé. (Bensusan, 2023).

Já há um consenso sobre a importância geopolítica e estratégica dos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade amazônica visto serem conhecimentos estratégicos e de soberania. Oriundos dos dos saberes coletivos das populações indígenas e tradicionais sobre os territórios, estão sofrendo o patenteamento indevido e biopiratedos (Shiva, 2001; Rifkin, 1999), enquanto isso, ainda são desprezados como saberes válidos em termos curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de desenvolvimento que aposta na monocultura das mentes e na destruição da vida e da sociobiodiversidade, que concentra a riqueza nas mãos de poucos, socializa os custos ecológicos e ambientais para a sociedade como um todo. Somada a estas consequências, ao destruímos a sociobiodiversidade estamos desperdiçando as chances de conhecer melhor o que ainda não é conhecido, pela razão de que, esses produtos e saberes, servem não somente a produção de alimentos, mas são estratégicos também no campo científico oferecendo um enorme potencial de achado científicos.

Constatamos que a ausência de uma política educacional especificamente voltada para a realidade vivenciada pelos amazônidas, em especial envolvendo os currículos nas diversas fronteiras que nela existem, resulta em um processo de exclusão dos sujeitos que residem na região, gerando, muitas vezes, conflitos, entre eles alguns no campo educacional. A necessidade de ajustar os currículos às diretrizes padronizadas nacionalmente, cerceam as potências e capacidades transformadoras da educação. Entendemos, dessa forma que a sociobiodiversidade passe a ser incluída como parte importante dos currículos escolares dessas áreas, corroborando para que a educação potencialize os saberes fundamentais nos territórios da Amazônia especialmente nas regiões de fronteiras, onde as disputas pelo poder levam à maiores exclusões.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Palestra Magna “Interesse Global no saber local: A geopolítica da Biodiversidade. *In: Saber local/ Interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*. Belém:CESUPA; MPEG, 2005.

APPLE, Michael W. Consumindo o “outro”: branquitude e batatas fritas baratas. In: COSTA, Marisa C. Vorraber (Org.). *A Escola Básica na virada do século*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995. p. 10-20.

APPLE, Michael W .Reestruturação educativa e Curricular e as Agendas Neoliberal e Neoconservadora: entrevista com Michael Apple. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp 5-53, jan/junho 2001.

ARROYO, Miguel. G. **Currículo**: território em disputa. Petrópolis, Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. Os jovens, seu direito a se saber e ao currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: a guerra na floresta. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1992.

BENSUSAN, Nurit. **Amazônia**: E eu com isso? São Paulo: Peirópolis, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

GONÇALVES, C. W. P. “Processos planetários e fronteiras móveis”. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. **Revista Owl (Owl Journal)** vol. 1, n. 2, Campina Grande, ago. 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48/53> Acesso em 10 mai 2024.

MATHIAS, Fernando. As encruzilhadas das modernidades: da luta dos povos indígenas no Brasil ao destino da CDB. In: MATHIAS, Fernando, Novion (orgs.). **As encruzilhadas das modernidades**: debates sobre Biodiversidade, Tecnociência e Cultura. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006.p. 13-18.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIFKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia**: a valorização dos Genes e a Reconstrução do mundo. São Paulo: Makron Books, 1999.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.